

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1806/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4340/2017-PGJ, de 14.12.2017, publicada no DOMP nº 1646, de 18.12.2017, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça Criminais, referente ao 1º semestre de 2018:

• onde consta:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL.:98478-2059 |
|------------------------------------|--|
| 4 (18h01min) a 11.6.2018 (7h59min) | Sergio Fernando Raimundo Harfouche |

• passe a constar:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL.:98478-2059 |
|------------------------------------|--|
| 4 (18h01min) a 11.6.2018 (7h59min) | Sara Francisco Silva |

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1769/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1750/2018-PGJ, de 21.5.2018, na parte que indicou o Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati para atuar perante a 5ª Zona Eleitoral, de forma que, onde consta:

| ZE | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PERÍODO | MOTIVO | TITULAR |
|----|--------------------------|----------------|-------------|--------------------|
| 5ª | Fabricio Secafen Mingati | 28 a 30.5.2018 | Férias | Alexandre Rosa Luz |
| | | 4 a 8.6.2018 | Compensação | |

Passe a constar:

| ZE | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PERÍODO | MOTIVO | TITULAR |
|----|------------------------------|----------------|-------------|--------------------|
| 5ª | Bianka Machado Arruda Mendes | 28 a 30.5.2018 | Férias | Alexandre Rosa Luz |
| | Fabricio Secafen Mingati | 4 a 8.6.2018 | Compensação | |

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1791/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Porto Murtinho, Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas, no dia 22.5.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1794/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

| PROMOTOR DE JUSTIÇA | PLANTÃO | DIAS DE GOZO |
|--------------------------------|----------------------------|--------------------|
| Fabricio Secafen Mingati | 5.10 e 8.11.2014 | 29 e 30.5.2018 |
| Felipe Almeida Marques | 1º.10.2017, 4.2 e 3.3.2018 | 28, 29 e 30.5.2018 |
| Talita Zoccolaro Papa Muritiba | 19 e 20.4.2014 | 14 e 15.6.2018 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1796/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 4 a 8.6.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1797/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 1690/2018-PGJ, de 16.5.2018, que convocou membros e servidores para participarem do curso “Aspectos Práticos de Computação Forense e Introdução à Análise Forense em Sistemas Operacionais”, os Promotores de Justiça João Meneghini Girelli e Paulo César Zeni.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1798/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Fernandes Sisti 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 30.4 a 7.5.2018, a serem usufruídos nos dias 4, 5 e 18.6 e 27.8.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1799/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que estabeleceu a escala de férias individuais do Promotor de Justiça Marcos Fernandes Sisti, de forma que, onde consta: 2º Período – 4 a 13.6.2018, passe a constar: 2º Período – 6 a 15.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1800/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Aquidauana, Antenor Ferreira de Rezende Neto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 23.5.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1804/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Paulo Leonardo de Faria, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida comarca, nos dias 29 e 30.5.2018, em razão de compensação pelo exercício de atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1805/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 23ª Zona Eleitoral, no período de 28 a 30.5.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça titular, Felipe Almeida Marques.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1792/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Paula Cristina Andrade Galvão para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1801/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o servidor Daniel Piatti, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Engenharia Civil, símbolo MPAN-101, a representar o Ministério Público Estadual perante o Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul (CBMMS) nos processos relativos a segurança contra incêndio e pânico.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1802/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 25/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Marina Nery Alves, Analista/Administração; 2) Fiscal – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/1144/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1803/2018-PGJ, DE 23.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 11.5.2018, do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Carlos Augusto Ferron Batista Bouzo, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1733/2018-PGJ, DE 18.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

| PORTARIA Nº 1800/2017-PGJ | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Fernando da Silva Dellamura | 2016/2017 | 15 a 24.2.2018 | 11 a 20.6.2018 | | 17 a 26.7.2017 |

| PORTARIA Nº 3019/2017-PGJ | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|--------------------------|------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Wellington Gradella Marthos | 2016/2017 | 1º a 20.6.2018 | | | 2 a 11.10.2017 |

| PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|----------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Cristiane Aparecida Cazeiro | 2015/2016 | 2 a 11.7.2018 | 15 a 24.10.2018 | 4 a 14.11.2018 | |
| Juliana de Oliveira Ayala | 2015/2016 | 6 a 15.11.2017 | 21 a 30.5.2018 | | 28.11 a 7.12.2017 |

| PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ | | | | | |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|-----------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Cecilia Soares de Paiva | 2015/2016 | 2 a 11.5.2018 | 20 a 29.6.2018 | 15 a 24.10.2018 | |
| Giselle Machado Costa Fasolo | 2016/2017 | 16 a 25.4.2018 | 28.8 a 6.9.2018 | | 26.4 a 5.5.2018 |
| Janayna Grincevicius Vareiro | 2017/2018 | 20 a 29.8.2018 | 5 a 14.11.2018 | | 10 a 19.8.2018 |
| Jason Hiroyuki Heraí | 2017/2018 | 16.7 a 4.8.2018 | | | 11 a 20.6.2018 |
| Juliana Bellé Toniazzo Manfio | 2014/2015 | 8 a 17.1.2018 | 21 a 30.5.2018 | 4 a 13.6.2018 | |
| Laura Regina Barbosa Victor Chaparim | 2017/2018 | 16 a 25.4.2018 | 9 a 18.7.2018 | | 12 a 21.3.2018 |

Passe a constar:

| PORTARIA Nº 1800/2017-PGJ | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Fernando da Silva Dellamura | 2016/2017 | 15 a 24.2.2018 | 13 a 22.8.2018 | | 17 a 26.7.2017 |

| PORTARIA Nº 3019/2017-PGJ | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|--------------------------|------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Wellington Gradella Marthos | 2016/2017 | 4 a 23.6.2018 | | | 14 a 23.10.2017 |

| PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|----------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Cristiane Aparecida Cazeiro | 2015/2016 | 16 a 25.7.2018 | 15 a 24.10.2018 | 4 a 14.11.2018 | |
| Juliana de Oliveira Ayala | 2015/2016 | 6 a 15.11.2017 | 4 a 13.6.2018 | | 28.11 a 7.12.2017 |

| PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ | | | | | |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|----------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Cecilia Soares de Paiva | 2015/2016 | 20 a 29.6.2018 | 15 a 24.10.2018 | | 4 a 13.6.2018 |
| Giselle Machado Costa Fasolo | 2016/2017 | 16 a 25.4.2018 | 19 a 28.11.2018 | | 26.4 a 5.5.2018 |
| Janayna Grincevicus Vareiro | 2017/2018 | 3 a 12.9.2018 | 8 a 17.4.2019 | | 13 a 22.9.2018 |
| Jason Hiroyuki Herai | 2017/2018 | 23.7 a 11.8.2018 | | | 11 a 20.6.2018 |
| Juliana Bellé Toniazzo Manfio | 2014/2015 | 8 a 17.1.2018 | 21 a 30.5.2018 | 10 a 19.9.2018 | |
| Laura Regina Barbosa Victor Chaparim | 2017/2018 | 16 a 25.4.2018 | 21 a 30.5.2018 | | 15 a 24.3.2018 |

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1771/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Handreza Oviedo Alves Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 4 a 13.6.2018, em razão de férias da servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1772/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Josiane Sanches de Mamann Zillo, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Expediente da Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 6 a 10.5.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da titular, Cristina Franco.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1734/2018-PGJ, DE 18.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

| PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Natanaél Jacinto dos Santos | 2015/2016 | 19 a 28.7.2018 | 5 a 14.10.2018 | | 17 a 26.1.2018 |
| Philippe Vieira Nunes | 2016/2017 | 8 a 27.1.2018 | 15 a 24.10.2018 | | |
| Raiane Santos Arteman | 2016/2017 | 2 a 11.4.2018 | 2 a 11.7.2018 | | 8 a 17.1.2018 |
| Rosilaine Bertulino dos Santos | 2016/2017 | 16 a 25.7.2018 | 17 a 26.9.2018 | | 12 a 21.3.2018 |
| Thaís Aparecida Campagna de Assis | 2016/2017 | 10 a 29.9.2018 | | | 1º a 10.10.2018 |
| Vanessa Yasmin Taira Agnelli | 2017/2018 | 4 a 23.6.2018 | 1º a 10.10.2018 | | |
| Weskley Moreira | 2015/2016 | 6 a 25.8.2018 | | | 8 a 17.1.2018 |

| PORTARIA Nº 916/2018-PGJ | | | | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Fabio Castro dos Santos | 2017/2018 | 6 a 15.6.2018 | 10 a 19.12.2018 | | 2 a 11.4.2018 |

| PORTARIA Nº 1280/2018-PGJ | | | | | |
|--|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Flavia Alessandra de Freitas Magalhães | 2017/2018 | 14 a 23.5.2018 | 10 a 19.12.2018 | | 4 a 13.5.2018 |
| João Elias Marques Basmage | 2017/2018 | 2 a 11.5.2018 | 28.8 a 6.9.2018 | | 5 a 14.11.2018 |

Passe a constar:

| PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Natanaél Jacinto dos Santos | 2015/2016 | 9 a 18.7.2018 | 1º a 10.10.2018 | | 17 a 26.1.2018 |
| Philippe Vieira Nunes | 2016/2017 | 8 a 27.1.2018 | 18 a 27.6.2018 | | |
| Raiane Santos Arteman | 2016/2017 | 2 a 11.4.2018 | 21 a 30.5.2018 | | 8 a 17.1.2018 |
| Rosilaine Bertulino dos Santos | 2016/2017 | 2 a 11.7.2018 | 17 a 26.9.2018 | | 12 a 21.3.2018 |
| Thaís Aparecida Campagna de Assis | 2016/2017 | 18 a 27.6.2018 | 19 a 28.11.2018 | | 15 a 24.10.2018 |
| Vanessa Yasmin Taira Agnelli | 2017/2018 | 4 a 23.6.2018 | | | 1º a 10.10.2018 |
| Weskley Moreira | 2015/2016 | 27.8 a 15.9.2018 | | | 8 a 17.1.2018 |

| PORTARIA Nº 916/2018-PGJ | | | | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Fabio Castro dos Santos | 2017/2018 | 6 a 15.8.2018 | 10 a 19.12.2018 | | 2 a 11.4.2018 |

| PORTARIA Nº 1280/2018-PGJ | | | | | |
|--|--------------------|--------------------------|-----------------|------------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Flavia Alessandra de Freitas Magalhães | 2017/2018 | 21 a 30.5.2018 | 10 a 19.12.2018 | | 4 a 13.5.2018 |
| João Elias Marques Basmage | 2017/2018 | 2 a 11.5.2018 | 5 a 14.11.2018 | 20.2 a 1º.3.2019 | |

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1773/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Emília Alves Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 21 a 30.5.2018, em razão de férias da servidora Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1774/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rafael Massulo Bento, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 63ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 4 a 13.6.2018, em razão de férias do servidor Guilherme de Souza Bonifácio.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1775/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para a Central de Inquéritos Policiais da referida Comarca, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança - FC5, no período de 14 a 25.5.2018, durante a licença compensatória referente a banco de horas e férias da servidora Rosângela Bonacina Milgarefe.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1776/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Natascha Junko Sakamoto Costa, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna, no dia 27.4.2018, em razão de licença compensatória referente a feriado forense da titular, Rosimara Bandeira Vasques de Almeida.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1777/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marcelo Wedson João Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 21 a 30.5.2018, em razão de férias da servidora Gláuce Jardim Bezerra.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1779/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Stella Trota Forte, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.5 a 15.8.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1784/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Andressa Cecon Bidutti Souza, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11 a 24.5.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1785/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Juliana Depieri Sgorla, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 18.5.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1786/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 24.5.2018, as férias da servidora Érika Maranhão de Castro, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 10 a 16.9.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1787/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Luciana Souza Zanardo, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seriam usufruídas no período de 21 a 30.5.2018, a serem usufruídas no período de 3 a 12.9.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1788/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Rafael Assef Vieira, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.7.2018, a serem usufruídas no período de 22.4 a 1º.5.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1789/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Rafael Assef Vieira, por meio da Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, que seriam usufruídas no período de 21 a 30.5.2018, a serem usufruídas no período de 19 a 28.11.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1790/2018-PGJ, DE 22.5.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

| PORTARIA Nº 3913/2017-PGJ | | | | | |
|---------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Cristiano Lopes Baes | 2016/2017 | 11 a 20.12.2017 | 10 a 19.9.2018 | | 2 a 11.5.2018 |

| PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Elaine Cristina França Tavares Flor | 2017/2018 | 16 a 25.7.2018 | 10 a 19.12.2018 | | 8 a 17.1.2018 |
| Liza Lacerda de Barros Rocha | 2015/2016 | 9 a 18.7.2018 | 5 a 14.11.2018 | | 5 a 14.3.2018 |

Passe a constar:

| PORTARIA Nº 3913/2017-PGJ | | | | | |
|---------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Cristiano Lopes Baes | 2016/2017 | 11 a 20.12.2017 | 10 a 19.9.2018 | | 7 a 16.5.2018 |

| PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Elaine Cristina França Tavares Flor | 2017/2018 | 2 a 11.7.2018 | 10 a 19.12.2018 | | 8 a 17.1.2018 |
| Liza Lacerda de Barros Rocha | 2015/2016 | 11 a 20.7.2018 | 5 a 14.11.2018 | | 5 a 14.3.2018 |

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 29 DE MAIO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

1. Expedientes:**1.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Ofício nº 0187/2018/11PJ/DOS, de 15.2.2018.

1.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000588-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001769-0.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002550-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004067-0.

3. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000376-7.

4. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000053-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000628-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001105-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001106-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001107-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001108-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001109-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001110-1.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000562-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004238-9.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 7/2013.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004045-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000603-1.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004520-9.

9. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000335-6.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000069-2.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001315-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000130-3.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000863-6.

13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003921-8.

14. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000625-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003229-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003155-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001302-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001303-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000899-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000802-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000677-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000357-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003843-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003156-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002922-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002924-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003106-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004034-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003420-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000528-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000331-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000799-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002333-7.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000377-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001469-7.

1.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:**1.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001034-9.
- Inquérito Civil nº 3/2012.
- Inquérito Civil nº 4/2015.
- Inquérito Civil nº 9/2013.
- Inquérito Civil nº 19/2014.
- Inquérito Civil nº 25/2014.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000026-0.

2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000983-1.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001745-7.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000245-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000273-8.

5. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001396-8.

6. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001389-0.

7. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000158-0.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002020-7.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000045-9.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002038-4.
- Inquérito Civil nº 10/2017.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000644-9.

12. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000697-1.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002162-8.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000856-9.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 3/2017.

1.3.2. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001630-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001744-6.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000306-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000708-1.

4. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000425-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001137-0.

5. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000729-2.

6. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000382-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000590-2.

7. Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001587-7.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000102-4.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000602-7.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 2/2015.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 6/2015.
- Inquérito Civil nº 7/2015.
- Inquérito Civil nº 8/2015.
- Inquérito Civil nº 9/2014.

12. 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000236-4.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002057-3.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000644-9.

15. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000163-9.

16. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002136-1.

17. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000794-4.

18. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000095-9.

19. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 1/2014.
- Inquérito Civil nº 9/2014.

1.3.3. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001354-6.

2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001227-0.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000385-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000933-1.

3. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000452-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000024-0.

4. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001728-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001243-6.

5. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000148-0.

6. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000386-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001174-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000212-0.

7. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000619-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000597-9.

8. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000462-9.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000826-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000293-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000854-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000279-3.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001363-5.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000182-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000615-0.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000924-2.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000686-7.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001722-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000578-3.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001667-0.

16. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001818-9.

17. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001792-4.

18. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001321-3.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000052-5.

19. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000229-7.

20. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001353-9.

21. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000325-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000318-5.

22. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000303-7.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000062-5.

23. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000603-8.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000674-9.

25. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000519-4.

26. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Inquérito Civil nº 6/2016.

27. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Inquérito Civil nº 11/2016.
- Inquérito Civil nº 12/2014.

28. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 24/2014.
- Inquérito Civil nº 36/2015.

29. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 6/2013.
- Inquérito Civil nº 28/2014.

1.3.4. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000638-2.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000647-1.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000511-7.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000549-0.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001454-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000853-2.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000802-1.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000620-5.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000679-3.

9. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 16/2015.

10. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 42/2014.
- Inquérito Civil nº 44/2014.
- Inquérito Civil nº 45/2014.

11. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 78/2013.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 6/2016.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Inquérito Civil nº 62/2014.

1.3.5. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000543-5.

2. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000610-1.

3. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000159-1.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000420-7.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000077-0.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000147-0.

7. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001478-9.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000256-8.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000312-6.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 6/2016.

- Inquérito Civil nº 10/2008.

11. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 100/2011.
- Inquérito Civil nº 131/2011.
- Inquérito Civil nº 130/2011.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 37/2015.
- Inquérito Civil nº 38/2015.

1.3.6. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001754-6.

2. 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000448-0.

3. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000939-7.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000400-7.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000593-9.

6. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000391-9.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000376-6.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001228-0.

8. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 30/2014.
- Inquérito Civil nº 33/2014.

9. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 4/2014.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 38/2014.
- Inquérito Civil nº 39/2014.
- Inquérito Civil nº 41/2014.

b. Expedientes:

1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000570-2.

2. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000113-6.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000518-0.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000289-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000297-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000235-0.

5. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000431-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000607-1.

6. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001736-8.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000686-0.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 12/2015.
- Inquérito Civil nº 14/2015.
- Inquérito Civil nº 15/2015.
- Inquérito Civil nº 16/2015.
- Inquérito Civil nº 19/2014.
- Inquérito Civil nº 8/2014.

9. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000160-3.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000070-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000476-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001982-2.

11. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001325-0.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000633-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000671-6.

13. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000417-3.

14. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001737-9.

15. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000603-8.

16. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001787-9.

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:****1. Expediente:**

1. Requerimento da lavra do **Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida** em que informa que depositou a Tese de Doutorado na Faculdade de Direitos da Universidade de Lisboa em junho de 2017, malgrado não tenha sido

agendado, até o presente, data para a defesa da mesma, aguardando-se a manifestação. E ainda, encaminha cópia fidedigna da tese depositada.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000376-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de dano ambiental proveniente de destruição ou dano florestal em área de preservação permanente em decorrência da instalação do loteamento Iate Clube Vale do Sol Ltda, no município de Três Lagoas/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000760-4

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta de aparelhos e ausência de profissionais da área de saúde, medicamentos e insumos para compor a equipe da Unidade Básica de Saúde da Família UBSF Jardim Botafogo.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000636-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vicente de Souza Lichoti

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no pagamento de diárias por vereador do município de Nova Andradina.

4. Inquérito Civil nº 46/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Neiva Leite Carneiro e o município de Alcinópolis

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no município de Alcinópolis/MS.

5. Inquérito Civil nº 43/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Agropecuária Maricá Ltda. e outros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais na fazenda Cascavel (Fazendas Alvorada do Sul, Alvorada, Santo Antônio-Gleba B e a Cascavel).

6. Inquérito Civil nº 40/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Neltecla, propriedade de Nelson Reichert

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Neltecla.

7. Inquérito Civil nº 33/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Francisco (Quinhão 4), propriedade de Carlos Alberto de Lima

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São Francisco (Quinhão 4).

8. Inquérito Civil nº 36/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Largão Fechado

Assunto: Apurar a prática de ilícitos ambientais na fazenda Largão Fechado, localizada em Miranda, em especial a extração irregular de aroeira verde sem o plano de manejo.

9. Inquérito Civil nº 8/REM/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Alexandre

Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

10. Inquérito Civil nº 9/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adileu Rodrigues Dantas

Assunto: Apurar a notícia de prática de atividade considerada potencialmente poluidora, sem autorização ambiental por parte do órgão competente, consistente em manter uma serraria, no local denominado Assentamento Santa Fé, em Alcinópolis-MS.

11. Inquérito Civil nº 10/2016

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Roberto Cardoso Ferreira

Assunto: Apurar irregularidades em atividade de suinocultura na fazenda Santa Felicidade.

12. Inquérito Civil nº 41/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa pelo Prefeito Municipal, consistente no descumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei da Transparência).

13. Inquérito Civil nº 62/2014

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clubes de Laço da comarca de Ponta Porã

Assunto: Apurar eventual prática de maus tratos contra animais em rodeios realizados pelos Clubes de Laço sediados em municípios integrantes da comarca de Ponta Porã/MS.

14. Inquérito Civil nº 3/2011

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente em direcionar o resultado de diversos procedimentos licitatórios às empresas Pactual Construções Ltda. e Maracaju Engenharia e Empreendimentos Ltda., durante os anos de 2008 a 2010, mediante a formulação de cláusulas restritivas à competitividade e ausência de ampla publicidade dos editais licitatórios.

15. Inquérito Civil nº 16/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Nossa Senhora Aparecida

Assunto: Apurar a notícia oriunda do Núcleo de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - PGJ/MS de eventual ilícito ambiental na fazenda Nossa Senhora Aparecida, Localizada em Bodoquena, a necessidade de regularizar a área de reserva legal junto ao órgão ambiental e a degradação em área de preservação permanente.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001174-1**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar possível cobrança retroativa e cumulativa da COSIP (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública) pela Municipalidade.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001767-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: Apurar a aplicação de recursos financeiros pelo Município de Rio Negro no evento denominado "17.º Carnário Folia".

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.0001791-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leonel Lemos de Souza Brito

Assunto: Apurar a responsabilidade do ex-prefeito Municipal Leonel Lemos de Souza Brito pela contratação irregular de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de compras, licitações e contratos administrativos da Prefeitura Municipal de Bonito (contrato 026/ 2014 decorrente do pregão presencial 073/ 2013).

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000883-6

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Larissa Batista da Rocha

Requerido: APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande

Assunto: Apurar se a APAE Campo Grande segue corretamente o protocolo do "Método TheraSuit" no tratamento de seus pacientes.

5. Inquérito Civil nº 35/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Nossa Senhora Aparecida, propriedade de Romeu César Mascarello

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Nossa Senhora Aparecida.

6. Inquérito Civil nº 65/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Realeza, propriedade de Aguinaldo Corrêa Lemes

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Realeza.

7. Inquérito Civil nº 50/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Três Américas Ltda.

Assunto: Apurar possível dano ambiental pelo derramamento de 31.000 (trinta e um mil) litros de combustível (óleo diesel), do veículo de propriedade da empresa Três Américas Ltda., na BR 163, KM 519, no município de Jaraguari/MS.

8. Inquérito Civil nº 49/REM/2009

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Kenji Takehara, fazenda Santa Mônica

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente do imóvel.

9. Inquérito Civil nº 61/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santo Ângelo, propriedade de Sebastião Adelino Manzini

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santo Ângelo.

10. Inquérito Civil nº 22/2011

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luiz Eduardo Rodrigues Reis e Monica Barros Reis, fazenda Mangabau

Assunto: Verificar a degradação de APP, atividade de carvoejamento sem licença, apurar a regularização da reserva legal, em campo e junto ao CRI.

11. Inquérito Civil nº 3/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juvenal de Souza

Assunto: Apurar a existência de poluição sonora oriunda do estabelecimento comercial denominado Bar do Juvenal ou Rei do Caldo, de propriedade do Sr. Juvenal de Souza.

12. Inquérito Civil nº 17/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Colher informações a respeito da Manifestação nº 11.2015.00001154-3, oriunda da Ouvidoria do Ministério Público, a qual aponta que a Prefeitura Municipal não está pagando o adicional devido aos professores que lecionam para alunos portadores de deficiência.

13. Inquérito Civil nº 3/2014

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Conselho Tutelar de Sete Quedas/MS

Assunto: Apurar denúncia de conduta inadequada do Conselheiro Francisco do Amaral bem como a desorganização administrativa, que estaria dificultando a eficiente prestação do serviço público.

14. Inquérito Civil nº 29/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar o cumprimento por parte do Município de Itaporã acerca do cumprimento da Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527/2011.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000489-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa na nomeação de Cartorário Substituto.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001206-9 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000157-6 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000265-3

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados

Requerente: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS

Requerida: Fundação de Esportes de Dourados - FUNED

Assunto: Apurar eventual exposição de torcedores a condições de insegurança ante o vencimento do laudo técnico de engenharia e do certificado de vistoria do corpo de bombeiros do Estádio Fredis Saldivar (Douradão).

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001082-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Rômulo José Néri

Requerido: Município de Iguatemi

Assunto: Averiguação preliminar da regular execução do contrato firmado em razão do pregão presencial n. 25/2017.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001776-8 - SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00002293-8

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Luiz Fernando Duarte

Assunto: Apurar a ausência de conexão com a rede pública de água e de coleta e tratamento de esgoto, verificada, em tese, no imóvel situado à Rua da Sequoia, nº 292, bairro Tiradentes, CEP 79041-010, nesta Capital (MS), com inscrição imobiliária de nº 06530100071 e certidão de matrícula de nº 94.570, cujos proprietários são as pessoas de Luiz Fernando Duarte e Mariza Lima Duarte.

8. Inquérito Civil nº 28/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Visando apurar eventual ato de improbidade administrativa no Contrato nº 52/2012 da Prefeitura Municipal de Terenos e Construtora Premyer Ltda. Epp.

9. Inquérito Civil nº 3/2017

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais atos lesivos ao patrimônio público e social, em virtude da má aplicação de recursos públicos nos eventos denominados Feira Literária de Bonito/MS e Passagem da Tocha Olímpica por Bonito/MS.

10. Inquérito Civil nº 7/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ahmed Salum

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por prática de desmatamento de 22,2 hectares de vegetação nativa, secundária do Bioma Mata Atlântica.

11. Inquérito Civil nº 29/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estabelecimento Denominado Miranáutica

Assunto: Apurar notícias de inúmeras irregularidades ambientais no estabelecimento denominado Miranáutica, localizado nesta cidade.

12. Inquérito Civil nº 34/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Braúna

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Braúna, de propriedade de Clovis Frota Gomes, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

13. Inquérito Civil nº 21/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Jaguari, propriedade de Luiz Nascimbém

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Jaguari.

14. Inquérito Civil nº 31/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adão Pedro Arantes

Assunto: Apurar rejeição na prestação de contas do município de Rochedo, exercício de 2006, na gestão do ordenador de despesas, à época, Adão Pedro Arantes.

15. Inquérito Civil nº 2/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa consistentes em irregularidades na doação de casas populares construídas pelo município de Douradina/MS.

16. Inquérito Civil nº 55/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de desvio de finalidade no uso do imóvel edificado no bairro Guanabara, que seria para aos moradores, mas que, depois de pronto, foi usado para a instalação do “Crase Ruth Filgueiras”.

17. Inquérito Civil nº 2/2017

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Retro Nigth Club

Assunto: Apurar legalidade no ingresso e permanência de crianças/adolescentes no estabelecimento denominado Retro Nigth Club, no evento Bailão Tropical.

18. Inquérito Civil nº 2/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Rio de Ondas de propriedade de Emerson Conti

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Rio de Ondas.

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000127-6 - SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001749-0 - SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2015.00000320-0 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000959-0 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000617-8 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000367-0

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Alcides Jesus Peralta Bernal

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Unidade Básica de Saúde Dr. Germano de Barros Souza Universitário.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001361-7

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA e ao CAOHURB

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar possível ilegalidade na elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00000087-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: William Epitácio Teodoro de Carvalho

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades referentes à aquisição de pneus por parte da Administração Municipal de Pedro Gomes.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00001006-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades noticiadas em representação quanto a eventual prática de atos de improbidade ocorrida na unidade do SENAI de Naviraí/MS, nos anos de 2007 e 2012.

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00001046-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edson Brás de Souza

Assunto: Apurar a adoção de providências pelo proprietário dos Lotes 38 e 74 do “Assentamento Urucum”, localizado na zona rural do município de Corumbá/MS, com o fito de reparar e compensar o dano ambiental proveniente da execução do corte e aproveitamento de madeira, desacompanhado do respectivo informativo de aproveitamento de material lenhoso.

11. Inquérito Civil nº 14-A/2012

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de diárias aos vereadores do município de Paranaíba na legislatura compreendida no interstício de 2009/2012.

12. Inquérito Civil nº 3/2015

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado e a Fundação Estatal de Saúde de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar a notícia de suposta negligência médica e atendimento precário e com indícios de falta de ética de profissionais da área de saúde que atuam na Fundação Estatal de Saúde de Aparecida do Taboado - FESAT.

13. Inquérito Civil nº 1/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados e Andrey Leal da Silva, à época pregoeiro oficial deste Município

Assunto: Apurar eventual irregularidade na realização do Pregão Presencial nº 20/2010, do município de Glória de Dourados.

2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000565-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público de MS

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar eventual irregularidade na transferência da equipe do NASF para local inapropriado, bem como fechamento do Posto de Saúde estratégia de Saúde família Enfermeira Walquiria.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001641-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: FM Gomes Petiscaria – ME e Elias Fernandes Gomes

Assunto: Apurar exercício de atividade sem licenciamento ambiental.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001783-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cornelis Petrus Eligius Huijsmans

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Rainha da Paz, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 44/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na prorrogação dos contratos por tempo determinado de profissionais de saúde da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU, tendo em vista que os candidatos aprovados em cursos públicos para as respectivas vagas ainda não foram nomeados.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 1/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim e a Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar possível acúmulo indevido de cargos por servidor da Secretaria Municipal de Saúde e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 8/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de eventual aglomeração de pessoas em frente à Casa Lar Idade do Saber, localizada na Avenida

Virginia Ferreira, nº 381, bairro São Judas Tadeu, nesta Cidade.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 2/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: J. V. Hernandez - ME e o município de Ivinhema

Assunto: Apurar irregularidade no Processo Administrativo nº 189/2015, do Pregão Presencial nº 117/2015, realizado pelo município de Ivinhema/MS, para aquisição de materiais de expediente.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 29/2015

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Laguna Carapã

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei Federal nº 11.738/2008 pelo município de Laguna Carapã.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 26/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerentes: Ministério Público Estadual e OSCIP “Terra de Andorinhas”

Requerido: Município de Inocência/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no cadastramento de projeto social de autoria da OSCIP “Terra das Andorinhas” para fins de convênio firmado entre o município de Inocência e a FUNASA.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.5.2018, por ausência justificada da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000174-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001267-3 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

12. Inquérito Civil nº 06.2016.00001054-9 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

13. Inquérito Civil nº 06.2017.00001724-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Guaíba I.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Guaíba I, em Iguatemi, e viabilizar a adoção de providências para sua reparação”

14. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000104-7

Promotoria de Justiça Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcelo Luis Borges

Assunto: Apurar abuso policial.

15. Inquérito Civil nº 40/2012

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Marcus Vinicius de Sá

Requerido: Detran/MS

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em contrato milionário assinado pelo Detran com a Vyga - Prestadora de Serviço de Conservação e Asseio Ltda.

16. Inquérito Civil nº 2/2013

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da destinação dos resíduos sólidos urbanos no município de Bataguassu.

17. Inquérito Civil nº 42/2016

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ótica Andréia Joias

Assunto: Apurar eventual exercício ilegal da profissão por parte de optometrista em atividade no município de Coxim.

18. Inquérito Civil nº 2/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a juridicidade do procedimento licitatório deflagrado para a aquisição de equipamentos para o Centro Cultural de Batayporã, além da conformidade destes petrechos com as especificações constantes do instrumento convocatório atinente.

19. Inquérito Civil nº 28/REM/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ibanês Antônio Vieira

Assunto: Colher a Adesão dos proprietários ao Projeto Touro -Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel.

20. Inquérito Civil nº 19/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Rio Negro - Hospital e Maternidade Idimaque Paes Ferreira

Assunto: Apurar suposto desvio de finalidade na contratação do médico Dr. Pedro Paulo Ferreira Gonçalves Romano pelo Hospital Municipal.

21. Inquérito Civil nº 06.2017.00000795-9

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Diretor do Centro Penal Agroindustrial da Gameleira (CPAIG)

Requerida: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a notícia trazida pelo Diretor de que o Posto de Guarda e Vigilância da Polícia Militar no Centro Penal Agroindustrial da Gameleira se encontra ativado, no entanto, de maneira irregular, chegando a ficar desativado em alguns dias.

22. Inquérito Civil nº 15/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Fazenda Ypê, propriedade de Osvaldo Francisco de Lima e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Ypê.

23. Inquérito Civil nº 45/2014

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual omissão do poder público, consistente na falta de drenagem da Rua Viriato Bandeira, em Coxim-MS, ocasionando alagamentos e transtornos aos moradores.

24. Inquérito Civil nº 22/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual situação de funcionamento irregular do estabelecimento comercial denominado “Costelão do Celso”, o qual estaria funcionando sem alvará e causando poluição sonora.

25. Inquérito Civil nº 35/2015

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pompílio Leonardo, fazenda Floresta (Afonso Moreira de Queiroz, fazenda Bela Vista)

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente da prática de degradação ambiental, a qual está gerando danos à propriedade confrontante à fazenda Floresta, a então denominada fazenda Bela Vista.

26. Inquérito Civil nº 31/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Fazenda Primavera, propriedade de Roberto Giurazatto e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Primavera.

27. Inquérito Civil nº 4/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Álvaro Mesti

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por prática de desmatamento de 30,8 hectares de vegetação nativa, secundária do Bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração.

28. Inquérito Civil nº 37/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Guaicurus, propriedade de Maria José da Costa

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Guaicurus.

29. Inquérito Civil nº 16/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Três Américas Ltda.

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental decorrente de derramamento de 10.000 litros de biodiesel, no km 576 da BR 163, em decorrência de acidente envolvendo carreta de propriedade da requerida.

30. Inquérito Civil nº 10/2017

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar denúncia de possível nepotismo/desvio de função de servidor municipal, conforme manifestação da Ouvidoria MP/MS nº 11.2017.00000513-8.

31. Inquérito Civil nº 43/REM/2009

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fábio Adriano Ferreira Jacintho, José Jacintho Neto e Júlio Márcio Ferreira Jacintho

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente do imóvel.

32. Inquérito Civil nº 8/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Primavera, propriedade de Zaneth da Rosa Oliveira

Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da fazenda Primavera.

33. Inquérito Civil nº 8/2011

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Miranda/MS

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do termo de ajustamento de conduta firmado no PIP 02/PJDCCDH/2008, a fim de sanar as irregularidades referentes à assistência a pacientes em ciclo gravídico-puerperal, bem como fragilidades nos sistemas de referenciamento daqueles pacientes que venham eventualmente a ter necessidade de leitos da UTI pela Secretaria Municipal de Saúde de Miranda.

34. Inquérito Civil nº 10/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eugênio Ferreira

Assunto: Apurar irregularidades ambientais relativas à instauração de draga (equipamento de extração de areia) no sítio Boa Sorte, sem a devida licença.

35. Inquérito Civil nº 15/2012 - SIGILOS

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

36. Inquérito Civil nº 29/2012 - SIGILOS

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

AVISO Nº 10/2018/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para promoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai, segunda entrância:

Inscritos para promoção: Drs. Thiago Bonfatti Martins e Michel Maesano Mancuelho.

Campo Grande, 23 de maio de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 11/2018/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para remoção pelo critério de antiguidade e promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul, segunda entrância:

Inscritos para remoção: Drs. Rodrigo Cintra Franco; Marcos Martins de Brito; Fernanda Rottili Dias; Fernanda Proença de Azambuja; João Meneghini Girelli e Thiago Barbosa da Silva.

Inscritos para promoção: Drs. Victor Leonardo de Miranda Taveira; Thiago Bonfatti Martins; Andrea de Souza Resende; Matheus Carim Bucker e Allan Thiago Barbosa Arakaki.

Campo Grande, 23 de maio de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 09/CGMP/2018**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, nos meses de junho e julho de 2018, cujos procedimentos correccionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

1ª PJ Jardim

2ª PJ Jardim

PJ Inocência

O procedimento correccional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou *in loco*.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correccionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 23 de maio de 2018.

AROLDO JOSÉ DE LIMA
Corregedor-Geral do Ministério Público em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE002407 DE 22.05.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1830/2018.**

Credor: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 03/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 01/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de desinfetante, ação germicida, pronto uso, embalagem de 500 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, químico responsável, data de fabricação e validade, composição e informações do fabricante estampada na embalagem. Marcas de referência: Pinho Sol, Pinho Bril ou Kalipto. Marca: Kalipto (item 6); Detergente líquido, neutro, pronto uso, biodegradável, embalado em frasco de 500 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, químico responsável, data de fabricação e validade, composição e informações do fabricante estampada na embalagem. Marcas de referência: Ypê, Limpol ou Minuano. Marca: Minuano (item 7); Escova para limpeza com cerdas de nylon, estrutura de madeira ou plástica, formato ovalado ou retangular, medindo no mínimo 6 cm x 5 cm x 13 cm. Marca: Condor (item 8); Esponja de fibra sintética, dupla face, para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 7 cm x 11 cm x 2,2cm (admitindo 1,5 cm para mais ou para menos), embalagem individual. Marcas de referência: Bombril, Assolan ou Scotch Brite 3M. Marca: Assolan (item 9); Inseticida à base de água, aerossol, multiuso, sem componentes à base de petróleo, embalagem contendo no mínimo 300 ml, com registro ou notificação no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição estampados na embalagem. Marcas de referência: SBP, Raid ou Baygon. Marca: Baygon (item 12); Limpador multiuso para pisos, cozinhas, banheiros, azulejos e superfícies laváveis, com ingredientes removedores de sujeiras e gorduras, possibilidade de utilização do produto puro ou diluído, embalagem contendo 500 ml. Deverá estar estampada na embalagem do produto a data de fabricação, data de validade, registro, notificação ou protocolo no Ministério da Saúde e ainda nome do responsável técnico ou nº do CRQ. Marcas de referência: Veja, Ajax, Ypê, Ingleza. Marca: Ype (item 13); Papel higiênico branco, macio, sem perfume, picotado e gofrado ou texturizado, 100% fibra celulósica virgem, folha dupla, rolo com 30 m x 10 cm, embalagem plástica com quatro rolos, com composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante na embalagem. Indústria brasileira. Marcas de Referência: Neve, Personal, Cotton ou Klass. Marca: Personal (item 16); Pedra sanitária (desodorizante sanitário), bacteriostático, pesando no mínimo 25 g, pronto uso, essências diversas. Marcas de referência Rubi, Sanol, Perfect Clean. Marca: Sanol (item 18); Refil de sabonete líquido (gel), para uso em saboneteira, bactericida, frasco com 800 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, validade, químico responsável e informações do fabricante estampadas no rótulo do produto. Marcas de Referência: Start, Jofel ou Trilha. Marca: Start (item 22).

Valor: R\$ 1.272,65 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE002407 de 22.05.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE002406 DE 22.05.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1825/2018.

Credor: I.A CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 03/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 01/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de álcool higienizador de mãos, em gel, antisséptico, com válvula modelo pump. Composição: álcool neutro, bidestilado, isento de contaminantes e com hidratantes. Produto biodegradável, a base de álcoois, com registro ou notificação no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição estampados na embalagem do produto. Embalagem contendo no mínimo 500 ml. Marca: Premisse (item 3); Esponja de lã de aço, acondicionada em fardo contendo 14 pacotes com 8 unidades cada (14x8). Marcas de referência: Bombril, Assolan, Ypê ou Q'Lustro. Marca: Q'Lustro (item 10).

Valor: R\$ 648,90 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE002406 de 22.05.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE002405 DE 22.05.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1837/2018.

Credor: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 03/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 01/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de água sanitária, com no mínimo 2% de teor de cloro ativo, produto de pronto uso, embalagem lacrada. Frasco contendo 1000 ml. Registro ou notificação do Ministério da Saúde, validade, indicações de uso e data de fabricação estampadas no rótulo do produto. Marcas de referência: Q'Boa, Candura ou Brilhante. Marca: Candura. (item 1); Mangueira para jardim, ½” (polegada), trançada, tamanho 30 metros, acompanhada das seguintes conexões: bico e esguicho, para conectar nas torneiras de ½” (polegada) ou ¾” (polegada). Marcas de Referência: Tramontina, Vonder ou Famastil. Marca: Tramontina (item 14); Saco alvejado para limpeza (pano de chão), 100% algodão, alta absorção de umidade, com costuras laterais, medidas mínimas 40 cm x 68 cm. Marcas de referência: Novo Mundo, Ximbica e Têxtil Rio Claro. Marca: Novo Mundo (item 25).

Valor: R\$ 581,50 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE002405 de 22.05.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE002404 DE 22.05.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1849/2018.

Credor: EFICAZ LOGÍSTICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS EIRELI.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 02/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 02/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de Café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g, especificação dos ingredientes e informações do fabricante, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Caboclo Tradicional (item 3).

Valor: R\$ 25.620,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE002404 de 22.05.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/PGJ/2017

Processo PGJ/10/1330/2017.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2 – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, representada por Vitor dos Santos de Mello Junior.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 6 (seis) meses.

Amparo Legal: Artigo nº 57, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 11.05.2018 a 11.11.2018.

Data de assinatura: 11 de maio de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0043/2018/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, em conversão do Inquérito Civil 116/2014 para o formato digital, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001368-7

Requerente: Naelson da Silva Ferreira

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no repasse de recursos financeiros públicos, destinados às Instituições de Assistência Social e Saúde, considerando as Leis Federais nº 12.101/09 e 13.019/14.

Campo Grande/MS, 22 de maio de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

DOURADOS**RECOMENDAÇÃO N. 0004/2018/16PJ/DOS**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000416-9

Requerente: Ministério Público Estadual

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007, dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes da Constituição Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os servidores devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que todo funcionário público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumularem-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil n. 06.2016.00000416-9 foi instaurado em 18 de outubro de 2016, objetivando apurar eventuais agressões sofridas por internos no interior da Penitenciária Estadual de Dourados;

CONSIDERANDO que após a realização de algumas diligências, constatou-se que no âmbito da Penitenciária Estadual de Dourados, há a ausência de monitoramento adequado, por falta de operador técnico especializado e de manutenção preventiva dos aparelhos relativos ao circuito interno de vigilância da PED, o que, dessa forma, dificulta a apuração dos fatos do referido inquérito;

CONSIDERANDO que foi requisitado à Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, que encaminhasse cópia integral de todo o processo licitatório que culminou na aquisição de aparelhos de circuito interno de vigilância da Penitenciária Estadual de Dourados, por meio do ofício nº 0011/2017/16PJ/DOS;

CONSIDERANDO que conforme relatado pela AGEPEN, por meio do ofício OF/DAF/AGEPEN/MS Nº 058/2017, não consta nos arquivos da Divisão de Compras e Suprimentos daquela Autarquia, bem como na Direção da Penitenciária Estadual de Dourados, a existência de processo de aquisição de aparelho de circuito interno de vigilância da Penitenciária Estadual de Dourados/MS;

CONSIDERANDO que conforme informado pela empresa A/F Assistência Técnica - a qual realizou parecer técnico referente aos aparelhos do circuito interno de monitoramento da PED, visando esclarecer o motivo do não funcionamento das câmeras no dia 17 e 18 de janeiro de 2016 - “essa nunca manteve qualquer tipo de contrato e/ou participou de qualquer procedimento licitatório com qualquer P.J da Grande Dourados, muito menos com a Penitenciária Estadual de Dourados (...)”;

CONSIDERANDO que a empresa A/F Assistência Técnica informou que recebeu os equipamentos da Penitenciária Estadual de Dourados para teste, por meio da empresa JC SEGURANÇA ELETRÔNICA;

CONSIDERANDO a necessidade de que a AGEPEN viabilize a contratação de empresa especializada em manutenção do circuito interno de vigilância da Penitenciária Estadual de Dourados, tendo em vista que não consta nos arquivos da AGEPEN processo licitatório com este fim, bem como não há em seus quadros de funcionários pessoal para tal;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta, com consequências irreversíveis, bem como a obrigação de plena e total vigilância em todos os aspectos do sistema prisional local, incluindo-se a fiscalização das ações dos internos bem como da atuação dos próprios agentes;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, RECOMENDAR ao Diretor-Presidente da AGEPEN, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, que:

- . No prazo improrrogável de 30 (trinta) dias úteis, adote as medidas necessárias visando garantir a manutenção adequada dos equipamentos que compõem o circuito interno de monitoramento da Penitenciária Estadual de Dourados, visando garantir seu pleno funcionamento, seja mediante: a.1) a realização de procedimento licitatório para a contratação de prestadores do serviço respectivo e, sendo necessário, aquisição de equipamentos; ou, a.2) a efetivação de tratativas visando a composição de seu quadro de pessoal com servidores capacitados a desenvolver tal função, seja diante da análise acerca da viabilidade da criação de cargos e realização do concurso público respectivo, seja mediante a celebração de convênios com tal finalidade;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Encaminhem-se cópia desta Recomendação para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 21 de maio de 2018.

RICARDO ROTUNNO
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 21/2018/02PJ/AMB

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Amambai/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001903-7, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001903-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Espólio de Hercilio Pereira Flores.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00001477-1.

Amambai/MS, 23 de maio de 2018.

LUIZ EDUARDO SANT`ANNA PINHEIRO
Promotor de Justiça

BELA VISTA

EDITAL Nº 0053/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS.

IC - Inquérito Civil n. 06.2018.00001521-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Bela Vista MS

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo Administrativo n. 19/2017 - Pregão Presencial n. 005/2017, onde sagrou-se vencedor o Restaurante HZÃO.

Bela Vista, 22 de maio de 2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0002/2018/01PJ/CLA

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001124-5

Requerente: Ministério Público do Trabalho

Requerido: Carlos Augusto da Silva

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da servidora Aparecida de Fátima Trindade da Costa.

Cassilândia-MS, 21 de maio de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0003/2018/01PJ/CLA

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001245-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: apurar a ocorrência de supostas irregularidades nas obras de pavimentação/manutenção da rodovia MS 112, trecho de Cassilândia-MS.

Cassilândia-MS, 21 de maio de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

ITAPORÃ

EDITAL N. 03/2018/PJ-ITP

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00001435-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Denise Paco

Assunto: Averiguar a situação jurídico-funcional da Servidora Pública Denise Paco, em face do Convênio n. 047/2017, avençado entre o Governo do Estado Sul-mato-grossense e a Municipalidade de Itaporã.

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.

JARDIM

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00001466-4:**RECOMENDAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por meio de sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 129, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, artigo 6º, inciso XX da Lei Complementar Federal nº 75/93, bem como pelos artigos 201, inciso VIII e §§ 2º e 5º, alínea "c" e da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente),

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (cf. art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 201, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90, compete ao Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados a crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis", principalmente em se observando qualquer desrespeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

CONSIDERANDO que, na forma da Lei e da Constituição Federal, todos têm o dever de colocar as crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão assim como de prevenir a ocorrência de ameaça ou de violação de seus direitos (cf. art. 227, da Constituição Federal c/c arts. 4º, caput, 5º, 18 e 70, da Lei nº 8.069/90, respectivamente);

CONSIDERANDO que a Declaração dos Direitos da Criança assevera que a criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração;

CONSIDERANDO que a ocorrência de crimes contra crianças e adolescentes, principalmente sexuais, impõe grandes desafios no que se refere à forma de colheita dos depoimentos, diante da necessidade de conciliar o dever de respeito aos princípios e garantias processuais e o dever de proteger e não revitimizar aqueles que tenham sido vítimas ou testemunhas de violência;

CONSIDERANDO que a Resolução 169/2014 do CONANDA preconiza que a intervenção em crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes deverá ser realizada, sempre que possível, por equipe técnica interprofissional respeitando-se a autonomia técnica no manejo dos procedimentos;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 01/2015 da Comissão Permanente da Infância e Juventude do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho de Procuradores-Gerais de Justiça, sobre Depoimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, estabelece no item "parâmetros e a serem adotados quando da escuta especial de crianças e adolescentes vítimas de violência", na alínea "m", que "É necessário que cada município, considerando as peculiaridades e estruturas locais, identifique ou implemente equipamentos, qualifique profissionais e construa protocolos/ fluxos para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas várias modalidades, e suas famílias desde a fase extrajudicial, visando dar efetividade aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta";

CONSIDERANDO que entrevistas múltiplas podem ser consideradas pela criança como uma sugestão de maiores informações, de forma que podem estimular distorções ou relatos agregados visando se esquivar da situação de inquirição, além de desencadear ou intensificar sintomas de stress pós-traumático, especialmente ansiedade, depressão, agressividade e confusão mental;

CONSIDERANDO que a abordagem inadequada de crianças ou adolescentes vítimas de crime pode gerar o segundo processo de vitimização, causando os danos secundários que podem ser até mais graves que a própria violência sofrida;

CONSIDERANDO que a Lei 13.431, de 04 de abril de 2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 4º, parágrafo 1º, da Lei 13.431/2017, no sentido de que a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada, a ser realizada perante os órgãos da rede de proteção, e depoimento especial, aquele colhido pela autoridade policial ou judiciária;

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso VII, da Lei 13.431/2017, prevê o direito da criança receber assistência qualificada jurídica e psicossocial especializada, que facilite a sua participação e o resguarde contra comportamento inadequado adotado pelos demais órgãos atuantes no processo;

CONSIDERANDO que estatisticamente a escola é o primeiro ambiente institucional a recepcionar a revelação da criança e do adolescente acerca da situação de violência vivenciada, hipóteses em que tem se observado grave processo de revitimização, mediante a promoção de repetidas entrevistas por variados profissionais da instituição de ensino, muitas vezes acompanhados inclusive de Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que a ausência de protocolos de atuação na área da violência tem gerado ações desconexas, repetitivas e ineficazes na abordagem à criança e adolescente vítimas de crime em vários órgãos que compõe a Rede de Proteção, principalmente na área da educação, saúde e assistência social, impondo-se imediata observância da normativa atinente à matéria;

CONSIDERANDO que a Lei 13.431/2017, em seu art. 4º, inciso IV, prevê como forma de violência a violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização;

CONSIDERANDO, por conseguinte, a necessidade dos órgãos que compõe a rede de proteção atentarem para a necessidade de construção de protocolos que garantam a observância da normativa legal, inclusive para não incidir em violência institucional;

CONSIDERANDO, por fim, que é obrigação legal e ética dos profissionais de saúde e de educação comunicar à autoridade competente os casos de que tenham conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de violência contra criança ou adolescente, punível a omissão com pena de multa, salvo se a conduta não constituir infração mais grave (art. 245 do ECA);

RESOLVE RECOMENDAR:

A todos os órgãos que compõe a rede de proteção do Município de Jardim-MS, em especial as instituições de ensino, saúde, assistência social, públicos e privados, de abrangência municipal e estadual, bem como ao Conselho Tutelar e Polícia Militar, que, quando da notícia da ocorrência de violência contra criança ou adolescente, observem:

1º) Quando tratar-se de revelação inicial dos fatos, o profissional que for procurado pela criança deve acolher e ouvir o seu relato, considerando que se foi escolhido é porque desperta segurança e confiança na vítima, hipótese em que não deve recusar a escuta, sob pena de gerar sentimentos negativos de descrédito, medo, culpa, que podem levar a vítima a recuar e não mais revelar a violência a que se vê submetida. Este profissional, seja de que órgão for, deve primar pelo relato livre, sem perguntas fechadas ou sugestivas, sempre procurando evitar reações emocionais que impressionem a criança ou adolescente.

2º) A partir da revelação, nenhum outro profissional da instituição deve entrevistar a criança sobre o fato, cabendo àquele que foi o destinatário da revelação a reprodução da versão aos seus superiores hierárquicos ou demais órgãos que devam a partir de então atuar no processo de proteção e investigação, sendo imperativo que procedam a notificação obrigatória, nos termos dos arts.13 e 56, inciso I, da Lei nº 8.069/90.

3º) Todos os órgãos e profissionais envolvidos na rede de proteção deverão observar o disposto no art. 13 da Lei 13.431/2017 que dispõe que qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público.

4º) O Conselho Tutelar, quando do recebimento da comunicação, deve levar o fato diretamente ao conhecimento do Ministério Público (cf. art.136, inciso IV, do ECA), para fins de deflagração de procedimento investigatório próprio destinado à apuração do fato, a cargo da polícia judiciária, com a colaboração, para fins de oitiva da vítima, de profissionais das áreas da psicologia, pedagogia e assistência social a serviço do Poder Judiciário ou do município, sem prejuízo do acionamento de outros serviços e programas municipais destinados ao atendimento da criança e sua família.

5º) A rede de proteção deverá mobilizar-se para proceder a adequação dos protocolos e fluxos de atuação à Lei 13.431/2017, devendo eleger e qualificar profissionais específicos para a realização da escuta qualificada em abordagem única.

6º) Os sistemas de segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência, observando as seguintes diretrizes, previstas no art. 14, §1º, da Lei 13.431/2017:

I - abrangência e integralidade, devendo comportar avaliação e atenção de todas as necessidades da vítima decorrentes da ofensa sofrida;

II - capacitação interdisciplinar continuada, preferencialmente conjunta, dos profissionais;

III - estabelecimento de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento;

IV - planejamento coordenado do atendimento e do acompanhamento, respeitadas as especificidades da vítima ou testemunha e de suas famílias;

V - celeridade do atendimento, que deve ser realizado imediatamente - ou tão logo quanto possível - após a revelação da violência;

VI - priorização do atendimento em razão da idade ou de eventual prejuízo ao desenvolvimento psicossocial, garantida a intervenção preventiva;

VII - mínima intervenção dos profissionais envolvidos; e

VIII - monitoramento e avaliação periódica das políticas de atendimento.

7º) Todos os profissionais e órgãos envolvidos na rede de proteção devem atentar para o disposto no art. 4º, inciso IV, da Lei 13.431/2017, que prevê como uma das formas de violência contra crianças e adolescentes, a violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização, sob pena de responsabilização.

Concedo aos destinatários da presente Recomendação o prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, para apresentar resposta escrita quanto ao acatamento ou não desta Recomendação.

Adverte-se os destinatários de que o não acatamento da presente recomendação autoriza o Ministério Público a adotar as medidas judiciais cabíveis, entre as quais, a propositura de Ação Civil Pública, sem prejuízo das sanções cíveis, penais e administrativas que por ventura o caso recomende.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação: A) Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude; B) à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP.

Cumpra-se.

Jardim/MS, 22 de maio de 2018.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00001470-9:**RECOMENDAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por meio de sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 129, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, artigo 6º, inciso XX da Lei Complementar Federal nº 75/93, bem como pelos artigos 201, inciso VIII e §§ 2º e 5º, alínea "c" e da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente),

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (cf. art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 201, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90, compete ao Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados a crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis", principalmente em se observando qualquer desrespeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

CONSIDERANDO que, na forma da Lei e da Constituição Federal, todos têm o dever de colocar as crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão assim como de prevenir a ocorrência de ameaça ou de violação de seus direitos (cf. art. 227, da Constituição Federal c/c arts. 4º, caput, 5º, 18 e 70, da Lei nº 8.069/90, respectivamente);

CONSIDERANDO que a Declaração dos Direitos da Criança assevera que a criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração;

CONSIDERANDO que a ocorrência de crimes contra crianças e adolescentes, principalmente sexuais, impõe grandes desafios no que se refere à forma de colheita dos depoimentos, diante da necessidade de conciliar o dever de respeito aos princípios e garantias processuais e o dever de proteger e não revitimizar aqueles que tenham sido vítimas ou testemunhas de violência;

CONSIDERANDO que a Resolução 169/2014 do CONANDA preconiza que a intervenção em crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes deverá ser realizada, sempre que possível, por equipe técnica interprofissional respeitando-se a autonomia técnica no manejo dos procedimentos;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 01/2015 da Comissão Permanente da Infância e Juventude do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho de Procuradores-Gerais de Justiça, sobre Depoimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, estabelece no item "parâmetros e a serem adotados quando da escuta especial de crianças e adolescentes vítimas de violência", na alínea "m", que "É necessário que cada município, considerando as peculiaridades e estruturas locais, identifique ou implemente equipamentos, qualifique profissionais e construa protocolos/ fluxos para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas várias modalidades, e suas famílias desde a fase extrajudicial, visando dar efetividade aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta";

CONSIDERANDO que entrevistas múltiplas podem ser consideradas pela criança como uma sugestão de maiores informações, de forma que podem estimular distorções ou relatos agregados visando se esquivar da situação de inquirição, além de desencadear ou intensificar sintomas de stress pós-traumático, especialmente ansiedade, depressão, agressividade e confusão mental;

CONSIDERANDO que a abordagem inadequada de crianças ou adolescentes vítimas de crime pode gerar o segundo processo de vitimização, causando os danos secundários que podem ser até mais graves que a própria violência sofrida;

CONSIDERANDO que a Lei 13.431, de 04 de abril de 2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 4º, parágrafo 1º, da Lei 13.431/2017, no sentido de que a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada, a ser realizada perante os órgãos da rede de proteção, e depoimento especial, aquele colhido pela autoridade policial ou judiciária;

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso VII, da Lei 13.431/2017, prevê o direito da criança receber assistência qualificada jurídica e psicossocial especializada, que facilite a sua participação e o resguarde contra comportamento inadequado adotado pelos demais órgãos atuantes no processo;

CONSIDERANDO que estatisticamente a escola é o primeiro ambiente institucional a recepcionar a revelação da criança e do adolescente acerca da situação de violência vivenciada, hipóteses em que tem se observado grave processo de revitimização, mediante a promoção de repetidas entrevistas por variados profissionais da instituição de ensino, muitas vezes acompanhados inclusive de Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que a ausência de protocolos de atuação na área da violência tem gerado ações desconexas, repetitivas e ineficazes na abordagem à criança e adolescente vítimas de crime em vários órgãos que compõe a Rede de Proteção, principalmente na área da educação, saúde e assistência social, impondo-se imediata observância da normativa atinente à matéria;

CONSIDERANDO que a Lei 13.431/2017, em seu art. 4º, inciso IV, prevê como forma de violência a violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização;

CONSIDERANDO, por conseguinte, a necessidade dos órgãos que compõe a rede de proteção atentarem para a necessidade de construção de protocolos que garantam a observância da normativa legal, inclusive para não incidir em violência institucional;

CONSIDERANDO, por fim, que é obrigação legal e ética dos profissionais de saúde e de educação comunicar à autoridade competente os casos de que tenham conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de violência contra criança ou adolescente, punível a omissão com pena de multa, salvo se a conduta não constituir infração mais grave (art. 245 do ECA);

RESOLVE RECOMENDAR:

A todos os órgãos que compõe a rede de proteção do Município de Guia Lopes da Laguna/MS, em especial as instituições de ensino, saúde, assistência social, públicos e privados, de abrangência municipal e estadual, bem como ao Conselho Tutelar e Polícia Militar, que, quando da notícia da ocorrência de violência contra criança ou adolescente, observem:

1º) Quando tratar-se de revelação inicial dos fatos, o profissional que for procurado pela criança deve acolher e ouvir o seu relato, considerando que se foi escolhido é porque desperta segurança e confiança na vítima, hipótese em que não deve recusar a escuta, sob pena de gerar sentimentos negativos de descrédito, medo, culpa, que podem levar a vítima a recuar e não mais revelar a violência a que se vê submetida. Este profissional, seja de que órgão for, deve primar pelo relato livre, sem perguntas fechadas ou sugestivas, sempre procurando evitar reações emocionais que impressionem a criança ou adolescente.

2º) A partir da revelação, nenhum outro profissional da instituição deve entrevistar a criança sobre o fato, cabendo àquele que foi o destinatário da revelação a reprodução da versão aos seus superiores hierárquicos ou demais órgãos que devam a partir de então atuar no processo de proteção e investigação, sendo imperativo que procedam a notificação obrigatória, nos termos dos arts. 13 e 56, inciso I, da Lei nº 8.069/90.

3º) Todos os órgãos e profissionais envolvidos na rede de proteção deverão observar o disposto no art. 13 da Lei 13.431/2017 que dispõe que qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente

ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público.

4º) O Conselho Tutelar, quando do recebimento da comunicação, deve levar o fato diretamente ao conhecimento do Ministério Público (cf. art.136, inciso IV, do ECA), para fins de deflagração de procedimento investigatório próprio destinado à apuração do fato, a cargo da polícia judiciária, com a colaboração, para fins de oitiva da vítima, de profissionais das áreas da psicologia, pedagogia e assistência social a serviço do Poder Judiciário ou do município, sem prejuízo do acionamento de outros serviços e programas municipais destinados ao atendimento da criança e sua família.

5º) A rede de proteção deverá mobilizar-se para proceder a adequação dos protocolos e fluxos de atuação à Lei 13.431/2017, devendo eleger e qualificar profissionais específicos para a realização da escuta qualificada em abordagem única.

6º) Os sistemas de segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência, observando as seguintes diretrizes, previstas no art. 14, §1º, da Lei 13.431/2017:

I - abrangência e integralidade, devendo comportar avaliação e atenção de todas as necessidades da vítima decorrentes da ofensa sofrida;

II - capacitação interdisciplinar continuada, preferencialmente conjunta, dos profissionais;

III - estabelecimento de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento;

IV - planejamento coordenado do atendimento e do acompanhamento, respeitadas as especificidades da vítima ou testemunha e de suas famílias;

V - celeridade do atendimento, que deve ser realizado imediatamente - ou tão logo quanto possível - após a revelação da violência;

VI - priorização do atendimento em razão da idade ou de eventual prejuízo ao desenvolvimento psicossocial, garantida a intervenção preventiva;

VII - mínima intervenção dos profissionais envolvidos; e

VIII - monitoramento e avaliação periódica das políticas de atendimento.

7º) Todos os profissionais e órgãos envolvidos na rede de proteção devem atentar para o disposto no art. 4º, inciso IV, da Lei 13.431/2017, que prevê como uma das formas de violência contra crianças e adolescentes, a violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização, sob pena de responsabilização.

Concedo aos destinatários da presente Recomendação o prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, para apresentar resposta escrita quanto ao acatamento ou não desta Recomendação.

Adverte-se os destinatários de que o não acatamento da presente recomendação autoriza o Ministério Público a adotar as medidas judiciais cabíveis, entre as quais, a propositura de Ação Civil Pública, sem prejuízo das sanções cíveis, penais e administrativas que por ventura o caso recomende.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação: A) Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude; B) à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP.

Cumpra-se.

Jardim/MS, 22 de maio de 2018.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL N° 009/2018/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001524-1.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Sidrolândia/MS;

Assunto: “Apurar as irregularidades na estrutura física, funcional e de insumos do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial de Sidrolândia/MS, apresentadas no Relatório de Vistoria 60/2018 do CRM-MS, pendentes de atendimento pelo Município de Sidrolândia”.

Sidrolândia/MS, 22 de maio de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SETE QUEDAS

EDITAL N° 0002/2018/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

PP – Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001417-5.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranhos

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e ilegalidades ocorridas no processo de contratação de sociedade especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica no Município de Paranhos.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 15 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça